



Partido Socialista/Açores
Grupo Parlamentar

- 1 -

***INTERVENÇÃO PROFERIDA EM PLENÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA,
NO ÂMBITO DO DEBATE DO ORÇAMENTO E DO PLANO ANUAL DA REGIÃO
AUTÓNOMA DOS AÇORES PARA O ANO ECONÓMICO DE 2012***

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo

A identidade dos povos alicerça-se em capacidades e em valores, no que somos capazes de compreender do Mundo e no significado que damos às coisas e às nossas vidas.

Essa consciência coletiva encontra fundamento naquilo que podemos designar de identidade cultural, já que a cultura, em todos os seus aspetos e manifestações, tem como resultado fortalecer a identidade pessoal e social do indivíduo, integrando-o na comunidade e construindo a sua personalidade.

O Plano de Investimentos que apreciamos neste debate reconhece esse papel e prossegue a estratégia de qualificação da atividade e do património culturais, como fatores basilares e de

valorização da sociedade açoriana, mantendo, para 2012, o nível dos apoios públicos ao desenvolvimento de projetos da área cultural.

E este é um caminho acertado, pois quem não viva as próprias raízes e não se projete no conhecimento, não terá sentido de vida. Para que a humanidade possa progredir, não podemos viver somente no respeito pelas normas herdadas, cabendo-nos questioná-las e, sobretudo, construir algo de novo através dos nossos feitos.

É nesta dialética que a cultura produz identidade e coesão, abrindo também novas oportunidades para a crítica, para o progresso e até para a política. A solução cultural é uma das principais armas de que dispomos para combater os problemas socioeconómicos da atualidade, pois atribui valor, identidade e motivação para a mudança, ao mesmo tempo que se constitui como fator de preservação de valores e padrões democráticos e forte obstáculo à afirmação de correntes totalitárias.

No momento presente, a cultura poderá ser a salvação da alma dos povos, evitando o apagamento da sua identidade e contribuindo para o efetivo resgate da cidadania.

Senhor Presidente

Senhores Deputados e Membros do Governo

A vontade de transcender o espaço e o tempo, que identificamos nas manifestações culturais, é atávica e decorre da incessante necessidade que o ser humano tem de comunicar.

Neste contexto, a existência de símbolos e meios de comunicação é, em si mesma, o alicerce da cultura e da identidade de qualquer sociedade.

Desde a Idade Média que se vulgarizaram as folhas escritas com notícias e a invenção da tipografia veio facilitar a edição de títulos de imprensa que, ao longo dos séculos, funcionaram como elementos difusores de diversas correntes do pensamento.

Também nos Açores, os jornais surgidos a partir do segundo quartel do século XIX não podem ser dissociados das posições políticas e preocupações sociais dos seus fundadores, embora, na generalidade, se tenham tornado importantes veículos das principais reivindicações da terra e do seu povo, e determinantes para a conquista da “livre administração dos Açores pelos açorianos”, encetada com o Decreto de 2 de Março de 1895.



Partido Socialista/Açores
Grupo Parlamentar

- 4 -

E se a imprensa regional assumiu um papel de relevo na conquista da autonomia administrativa e política, o serviço público de rádio e televisão tem sido determinante na sua consolidação, contribuindo, de forma ímpar, para a coesão regional.

Os Açores do presente, com a nossa cultura – esse produto de cinco séculos de vivência, indelevelmente marcada pelo mar e pela geografia, a que Nemésio designou por *açorianidade* – e com a autonomia política que, em grande parte, se fundamenta nessa identidade cultural, seriam muito diferentes sem a rádio e a televisão públicas, que têm unido aquilo que o mar separa.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo

Hoje, estamos confrontados com um ataque sem precedentes às autonomias regionais, por via do decretado fim do serviço público de comunicação social nas Regiões Autónomas e, conseqüente, desmantelamento dos respetivos centros regionais da Rádio e

Televisão de Portugal, S.A., no mais absoluto desrespeito pela Constituição, pela Lei e pelas especificidades dos povos insulares.

Nos termos constitucionais, incumbe ao Estado assegurar a existência e o funcionamento de um serviço público de rádio e de televisão, enquanto a Lei e os contratos de concessão estabelecem que o serviço público, constitucionalmente consagrado, inclui o acesso das Regiões Autónomas às emissoras incumbidas de tal serviço, para além da obrigação da concessionária em manter dois canais de televisão de cobertura regional, abrangendo, respetivamente, os Açores e a Madeira, e assegurar que um dos canais de cobertura geral seja difundido para as Regiões Autónomas.

Ainda de acordo com a Lei e os Estatutos da RTP, os serviços públicos de rádio e de televisão, incluindo os centros regionais dos Açores e da Madeira, funcionam com plena autonomia editorial no que respeita à sua programação e informação, caindo no campo da ilegalidade grosseira qualquer deliberação, do Governo ou do Conselho de Administração da RTP, que imponha, unilateralmente, o condicionamento desses conteúdos, dado que a responsabilidade pela sua seleção pertence aos diretores dos centros regionais.

Senhor Presidente

Senhores Deputados e Membros do Governo

São, no mínimo, levianas e, eventualmente, indiciadoras de reserva mental as insistentes declarações do Ministro Miguel Relvas de que a RTP-Açores tem uma audiência “residual”, quando um estudo realizado em 2010, por encomenda da própria RTP, S.A., mostra precisamente o contrário.

Será totalmente absurda, por resultar da mera teimosia política e do confessado objetivo de desonerar a RTP dos encargos com os serviços de programas regionais, a concentração da emissão da produção própria destes num único e predeterminado horário, sem se procurar conhecer, em concreto, as implicações, as perdas ou, até, os eventuais ganhos de um opção desse tipo, aplicada às realidades geográfica e sociocultural açorianas.

São, totalmente, irresponsáveis ou, então, reveladoras de uma preocupante tentação de controlo político da comunicação social, as intenções da líder do PSD, Berta Cabral, de regionalizar a RTP-Açores, quando se sabe – porque afirmado por dois membros do Conselho de Administração, sendo um o respetivo presidente – que

tal opção poderia custar, por ano, cerca de 40 milhões de euros ao Orçamento regional.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo

O Comité de Cultura, Ciência e Educação da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa tem afirmado que o serviço público de difusão de rádio e televisão é essencial, no que se refere às necessidades de informação, educação e cultura dos povos e constitui, conseqüentemente, uma responsabilidade dos Estados que, na definição da sua missão específica, estrutura e financiamento, devem atender às especificidades regionais do seu território.

É, pois, justo e acertado – acompanhando as mais avançadas posições neste domínio – prosseguir com a defesa do serviço público de rádio e televisão nos Açores, enfatizando o sinal dado pelo Governo Regional com o substancial incremento da dotação do Plano destinada ao apoio àquele serviço, bem como a importância que reveste a clarificação do conceito e objeto desse serviço público.

Definido o serviço público de âmbito regional, deverá este Parlamento tomar as iniciativas adequadas à sua consagração em letra de lei, assegurando a respetiva autonomia editorial, de produção e de gestão, bem como o adequado financiamento por parte do Estado, até porque a missão histórica da RTP-Açores está longe de ter terminado, diversamente do que – por encomenda ministerial, sem fundamento e com total desconhecimento de causa – foi afirmado pelo Grupo de Trabalho para a definição do conceito de serviço público de comunicação social, coordenado pelo doutor João Duque.

Os habitantes destas nove ilhas sentem isso mesmo e não se deixarão abater por aqueles que, neste momento, usando o lavor da esperteza, pisam a alma do povo açoriano, no lagar da política centralista.

Disse!

Horta, Sala das Sessões, 28 de Novembro de 2011

O Deputado Regional,

Hernâni Jorge